

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1006565-21.2017.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Dever de Informação**
 Requerente: **Sara Augusto da Costa Rosa**
 Requerido: **Telefônica Brasil S/A**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo****PROCESSO Nº 1006565-21.2017**

Vistos.

SARA AUGUSTO DA COSTA ROSA ajuizou a presente **AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER c/c dever de informação c/c condenação ao pagamento de danos morais** em face de **TELEFONICA BRASIL S.A – VIVO S/A**

Aduz a requerente, em síntese que, teve seu nome negativado pela requerida, porém desconhece a origem a dívida. Alega que notificou a ré para que apresentasse os documentos contendo a origem da cobrança e até o momento não obteve resposta. Diante disso ajuizou a presente ação pleiteando informações acerca dos valores que estão sendo cobrados, a

1006565-21.2017.8.26.0566 - lauda 1

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

condenação da requerida ao pagamento de indenização por danos morais e, a exclusão de seu nome dos órgãos de proteção ao crédito, caso restar comprovado que a cobrança é indevida.

A inicial veio instruída com documentos (fls. 10/22).

Devidamente citada à empresa requerida apresentou contestação. Preliminarmente impugnou a assistência judiciária gratuita e alegou falta de interesse de agir, sob o argumento de que não houve recusa na disponibilização do documento. No mérito sustenta que não foram disponibilizados os documentos solicitados pela autora, pois a notificação enviada estava ininteligível, não continha o CPF da requerente; também deixou de informar se havia contratação de serviços, não indicou o excesso ou erro na cobrança e deixou de recolher os custos do serviço. Salaria ainda que os serviços que presta estão disponíveis na internet e canais de atendimento, podendo a autora ter acesso a qualquer momento. Afirma que a autora possui outros débitos anteriores à referida negativação. Requer que sejam acolhidas as preliminares arguidas e a improcedência da ação.

Sobreveio réplica (fls. 81/87).

A preliminar arguida a fls. 30 foi afastada pela decisão de fls. 88.

A impugnação à assistência judiciária gratuita também foi devidamente equacionada pelo despacho de fls. 93/94, que restou irrecorrido (cf. certidão de fls. 97).

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

As partes foram instadas a produzir provas. A autora informou não ter outras provas a produzir e pediu o julgamento antecipado da lide (fls. 91). A requerida solicitou o depoimento pessoal da autora (fls. 92).

Pela decisão de fls. 93/94 foi indeferido o depoimento pessoal da autora.

Esse, na síntese do que tenho como necessário, é o relatório.

DECIDO, no estado em que se encontra a lide por entender que a cognição está completa nos moldes em que se estabilizou a controvérsia.

A autora a fls. 21 comprovou ter notificado a requerida, solicitando informações acerca do débito lançado no sistema de proteção ao crédito gerando negativação de seus dados.

A requerida não se posicionou oportunamente e a autora recorreu ao Judiciário.

A responsabilidade da operadora de serviços de telefonia, como fornecedora de serviços, é objetiva nos termos do artigo 14 do CDC, que assim dispõe: “O fornecedor de serviços responde, independentemente de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por **defeitos relativos à prestação dos serviços**, bem como por **informações insuficientes ou inadequadas sobre a fruição e riscos**” (destaquei).


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Tal responsabilidade é afastada apenas quando comprovada a existência de uma das eximentes do parágrafo 3º, quais sejam, a inexistência do defeito, culpa exclusiva do consumidor ou de terceiro.

Cabia à ré provar que a autora efetivamente contratou seus serviços e se tornou inadimplente; ocorre que se limitou ela a juntar documentos que na verdade são telas de seu sistema interno; neles não há a participação da autora.

Assim, nada trouxe no sentido de comprovar a legitimidade do débito e a inadimplência da autora e, portanto, recolherá as consequências da incúria.

A questão debatida deve ser avaliada consoante os ditames do CDC, já que a autora é consumidora equiparada, vítima de um acidente de consumo.

Ela nega ter firmado qualquer negócio com o réu e este último não fez prova do contrário.

Em se tratando de “fato negativo” não é dado exigir da autora a demonstração do alegado. O ônus da prova da efetiva contratação, então, incumbia ao demandado, até porque, como já dito, aplicáveis ao caso as regras do CDC.

Em relação ao pleito de danos morais:



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

A indenização a título de danos morais não pode ser acolhida.

Conforme documento de fls. 22, verifica-se que a autora tinha outra negativação, enviada pela IVG/VAREJÃO IBITINGA, datada de 20/05/2014.

Não pode ser considerado moralmente atingido por um determinado fato, quem já praticou fato de natureza idêntica, ensejando punição semelhante, tal como aconteceu com o autor.

Nesse diapasão, vêm se posicionando os pretórios.

(...) para deferimento da indenização por dano moral é muito importante o exame da personalidade e das condições subjetivas da vítima... (8ª Câmara do TJSP, 15/09/93, JTJ 150/81) – (Dano Moral, 2ª ed., RT, 1998, p. 427/428).

Em tese, a sensação de ser visto como mau pagador pode representar violação do patrimônio ideal que é a imagem idônea, a dignidade do nome, a virtude de ser honesto, de molde a justificar pleito de reparação por danos morais. Mas, de outro lado, a existência, comprovada, de extensa lista de anotações desabonadoras à parte dita ofendida, em órgãos diversos que buscam a proteção ao crédito, torna-o enfraquecido, por não se vislumbrar onde residiria a mácula que estaria a ferir-lhe a esfera ética – (TAMG – AC 0303105-8 – 7ª C. Civ – Rel. Juiz Lauro Bracarense – J. 16/03/2000).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Cabe, ainda, citar o verbete da **súmula nº 385 do STJ**: “da anotação irregular em cadastro de proteção ao crédito, não cabe indenização por dano moral, quando preexistente legítima inscrição, ressalvado o direito ao cancelamento”.

Mais, creio é desnecessário acrescentar.

Pelo exposto e por tudo o mais que dos autos consta, **JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE** o pleito contido na petição, para o fim de condenar a requerida, **TELEFONICA BRASIL S/A**, a pagar à autora, **SARA AUGUSTO DA COSTA ROSA**, a título de danos morais, pela última experimentados (negativação de seu nome indevidamente), no percentual de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

Ante a sucumbência, fica ainda a requerida condenada ao pagamento das custas e despesas do processo e honorários advocatícios ao patrono da autora, que fixo, por equidade, em 10% sobre o valor dado à causa.

Transitada em julgado esta decisão, caberá ao vencedor iniciar o cumprimento de sentença fazendo o requerimento necessário, nos termos dos artigos 523 e 524, do CPC.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Publique-se e Intimem-se.

São Carlos, 18 de dezembro de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**